
MANCHINERI NO CORREDOR FRONTEIRIÇO BRASIL, PERU E BOLÍVIA¹

MANCHINERI IN THE BORDER CORRIDOR BRAZIL, PERU AND BOLIVIA

Alessandra Severino da Silva Manchinery²
Adnilson de Almeida Silva³

RESUMO: Este artigo é um fragmento-capítulo⁴ da Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, com o título “Territórios Originários: Manchineri além das fronteiras”. Desta maneira, elaboramos o artigo que faz parte do resultado da pesquisa sobre povos em fronteiras, pela qual seu objetivo foi discutir sobre o Povo Manchineri que habitam na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia. Como metodologia utilizamos a pesquisa etnográfica que nos permitiu conviver com o objeto da pesquisa, participar da vida diária, e ser em momentos relevantes uma espécie de interlocutor. Para que essa interlocução se efetivasse no corredor fronteiro foi e é necessário sair do mundo ocidental e se tornar parte integrante da coletividade indígena. Neste sentido, devemos levar em consideração a voz do entrevistado como também seu modo de vida tradicional e sobretudo sua ótica e visão de mundo. Partimos deste pressuposto e dividimos esse trabalho em três itens que nos permitiu abordar de maneira sistemática e sobre quem são, e onde vivem o Povo Manchineri.

Palavras-chave: Amazônia. Povo Manchineri. Territorialidades. Tríplice fronteira.

ABSTRACT: This article is a fragment-chapter of the Master’s Dissertation in Geography from the Federal University of Rondônia, with the title “Originating Territories: Manchineri beyond borders”. In this way, we prepared the article that is part of the result of the research on peoples on borders, for which its objective was to discuss the Manchineri People who

1 Apoio: Programa de Apoio ao Pesquisador Rondoniense (PQR), Chamada Nº. 003/2017/PQR/FAPERO, Outorga 042/2017, Protocolo 33897.521.20813.06102017, por meio do projeto “Geografia e Marcadores Territoriais: Sentidos e Representações Socioculturais Amazônicas” CHAMADA 003/2017.

2 Indígena do povo Manchineri. Geógrafa pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Mestra e Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidade Humana – GENTEH/UNIR. E-mail: amanchinery@gmail.com.

3 Docente no Departamento de Geografia e no PPGG/UNIR. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTE/UNIR. E-mail: adnilson@unir.br.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em setembro de 2020.

live on the triple frontier Brazil, Peru and Bolivia. As a methodology, we used ethnographic research that allowed us to live with the object of research, participate in daily life, and be, at relevant moments, a kind of interlocutor. For this dialogue to take place in the border corridor, it was and is necessary to leave the Western world and become an integral part of indigenous society. In this sense, we must take into account the interviewee's voice as well as his traditional way of life and above all his perspective and worldview. Based on this assumption, we divided this work into three items that allowed us to approach in a systematic way and about who they are, and where the Manchineri People live.

Keywords: Amazon. Manchineri people. Territorialities. Triple frontier.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo traz uma discussão sobre o povo Manchineri que vive na tríplice fronteira que compreende o Departamento de Pando (Bolívia), Departamento de Madre de Dios (Peru) e o Estado do Acre (Brasil). Do lado brasileiro os Manchineri estão na Terra Indígena Mamoadate, TI Cabeceira do Acre e Seringal Guanabara; do lado peruano estão em Comunidade Nativa de Nova Bélgica, Bufeo Pozo e Diamante; na Bolívia estão em Bolpebra na Comunidade Nativa Yaminawa que é de origem Jaminawa e Manchineri.

Para além da discussão, neste artigo relatamos sobre o espaço social do sujeito coletivo e como se reproduzem esses espaços. Lefebvre (2006), nos explana ‘que o espaço social é um produto social’. ‘Contudo é preciso examinar de perto, vislumbrar suas implicações e consequências, antes de aceitá-la’ como resultado e leitura de qualquer sociedade.

Lefebvre (2006), afirma que “muitas pessoas não aceitam que, no atual modo de produção e na “sociedade em ato” ela é um espaço assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (p. 50). Assim o atual modo de produção determina que as terras indígenas têm valor para o capital, um gerador de lucro, ou no que lhe concerne, os povos originários trata-se de importância imaterial, simbólico e cultural.

Distante deste paradoxo, procuraram provas para dizer que as coletividades indígenas são improdutivas, que não produzem, que não geram lucros e assim ter argumentos para invadir suas terras. “O espaço é assim produzido e também serve de instrumento ao pensamento, como ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto de dominação e de potência de poder – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que deles se servem” (LEFEBVRE, 2006, p. 50).

O espaço indígena não se reduz a esse sentido, pois ele é muito mais gradual em processo de escala social, em valores culturais, embora seja um instrumento de proteção e abrigo, o espaço é a cena da vida com o meio ambiente.

As forças sociais e políticas (estatistas) que o engendraram tentam controlá-los e não conseguem: aqueles mesmo que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-las, para fixá-las e o subjugar (LEFEBVRE, 2006, p. 50).

Nestes aspectos entendemos que devido à Lei do homem “branco” os espaços-territórios originárias/ancestrais, as coletividades não possuem autonomia sobre eles, embora se lute a século

por esse direito, e com isso se resiste e persistem. Nunca se dissocia um espaço de um território dentro do pensamento indígena, ambos são complementos um do outro, são pontes interligadas.

Através destas óticas é que analisamos sobre os impactos culturais, assim o povo Manchinery sofreu/sofre um grande impacto cultural a partir das divisões entre as nações e também devido ao seu contato e exploração dentro dos seringais, caucheiros peruanos e bolivianos, e a chegada dos produtos industrializados.

Sobre o Povo Manchinery

Em Brasil (2009, p. 302) encontramos relatos que afirmam que os “Manchinery seriam uma derivação de *Maniteneru* ou de outro desses subgrupos, nomes esses que os “brancos” não conseguiam pronunciar corretamente”. Já o nome Piro foi dado no “tempo dos barões da borracha” em suas várias tentativas de pronunciar Peru, visto que queriam se afirmar como peruanos. Devido a isso ocorreram dois equívocos na verdadeira pronúncia do nome Manchinery.

Autores como Metraux (1948) e Gow (2002) citados por Valcuende (2009) atestam que os Piro também eram divididos nos mesmos grupos nominados dos quais provêm os Manchinery. Afirmam que os vários grupos “neru”, hoje chamados de Manchinery no Brasil e Piro no Peru, seriam parcialidades de uma grande etnia que eles denominam Yine, cujo significado seria “nós, o povo”. Essas informações nos revelam que os povos originários, reconhecidos como tais nesta região são descendências dos sobreviventes da expropriação territorial e cultural a que foram submetidos a partir da chegada das frentes extrativas do final do século XIX:

...esses subgrupos eram divisões cerimoniais num passado distante; outros afirmam que eram grupos que migraram de lugares diferentes e passaram a estabelecer alianças através de casamentos, na época em que os exploradores da borracha chegaram à região (VALCUENDE, 2009, p. 114).

Apresentamos a história do povo Manchinery, na qual destacamos que este através das redes migratórias estabelecidas entre os moradores em Terras Indígenas localizadas no Estado do Acre, e com os que vivem no Peru e Bolívia. Entendemos que as redes migratórias são agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, através de laços ocupacionais, familiares, culturais e/ou afetivos.

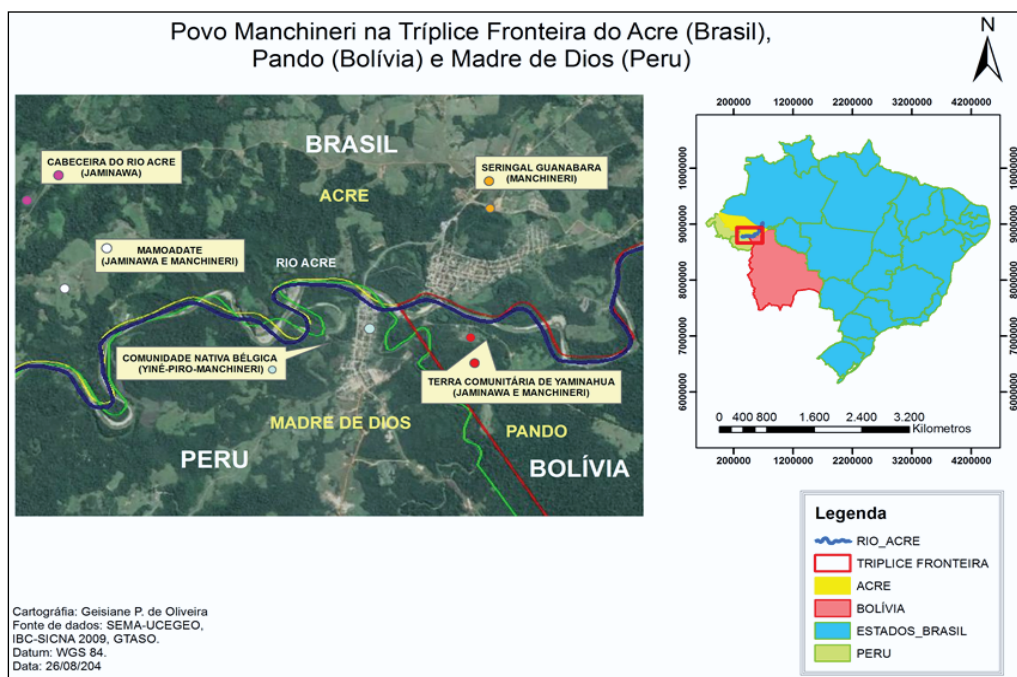
Os povos originários que vivem na fronteira Brasil, Peru e Bolívia são aqueles que compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destinos nas sociedades receptoras, e assim constroem novas relações sejam elas culturais, sociais e políticas.

As fronteiras geográficas são mantidas apesar da movimentação e intercâmbio cultural entre eles, determinadas pelo limite do Estado-nação e pela imposição de suas leis, e em muitas vezes causam desconforto para esses povos que tem que obedecerem aos princípios não indígenas.

Certas relações são mantidas e fortalecidas apesar das fronteiras geográficas, apesar dos estatutos étnicos como afirmado em Barth (1998, p. 38): “as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são muito ao contrário, elas dependem de suas próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais que os envolve”.

Neste caso, são criadas novas configurações das quais nos inserimos na chamada “modernização dos sistemas”, que em alguns momentos nos isolam do coletivo, e nos conduz no privado, com isso nos individualizam, de nossos territórios coletivos, da vida coletiva do qual vivíamos em nossa terra ancestral/tradicional.

Das remotas ocupações territoriais, os Manchineri habitam atualmente, na fronteira trinacional entre o Acre (Brasil), Pando (Bolívia) e Madre de Dios (Peru). No lado brasileiro vivem às margens do Rio Iaco na Terra Indígena Mamoodate, Seringal Guanabara e na Cabeceira do Rio Acre (que são partilhadas com os Jaminawá), localizada nos municípios de Sena Madureira e Assis Brasil, com uma extensão de 313.646 hectares (Figura 1 e Quadro 1).



Fonte: Valcuende, 2009, organizado por Manchineri (2018).

Figura 1. Povo Manchineri na Tríplice Fronteira do Acre (Brasil), Pando (Bolívia) e Madre de Dios (Peru).

Quadro 1. Terras Indígenas do Povo Manchineri na Zona da Tríplice Fronteira.

Terra Indígena/Povo	População	Área (ha)	Município/País	Situação
Cabeceira do Rio Acre -(Manchineri/Jaminawa)	343	78.513	Assis Brasil/BR	Regularizada
Mamoodate -(Manchineri/ Jaminawa)	576	313.646	Sena Madureira- Assis Brasil-BR	Registrada
Seringal Guanabara -(Man- chineri)	92	-----	Assis Brasil/BR	A identificar
Comunidade Nova Bélgica - (Yiné/Piro/Manchineri)	90	53.300	Inapari (Tahuama- nu)/Peru	Saneada
Terra Comunitária de Ori- gem Yaminahua - (Jami- nawa/Manchineri)	102	41.920	Bolpebra (Pando)/ Bolívia	Saneada

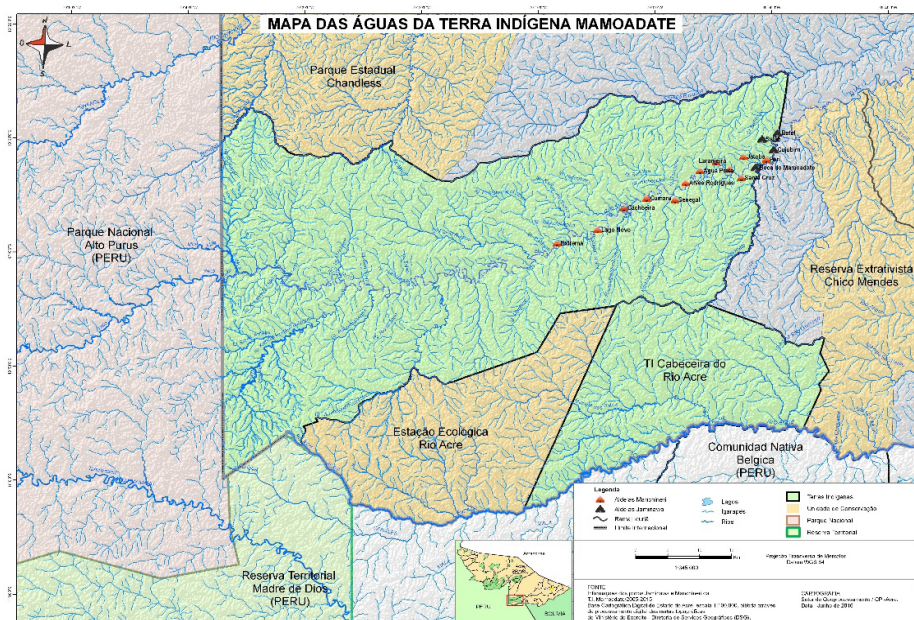
Fonte: Funai.

O Seringal Guanabara que se encontra em processo de identificação sob jurisdição da cidade de Assis Brasil, falta homologar e demarcar. No lado peruano e boliviano também vivem Manchineri em duas Comunidades Nativas e ainda nas cidades de Inapari e San Pedro de Bolpebra. Atualmente na TI Mamoodate possui uma população de 833 indígenas, distribuída em 12 aldeias (Quadro 2).

Quadro 2. Aldeias do Rio Iaco (Terra Indígena Mamoadate-Cabeceira do Rio Acre).

Nº Aldeias	Aldeia	Famílias	Quantidade
01	Extrema	33	234 – Manchineri
02	Lago Novo	17	92 – Manchineri
03	Cumaru	09	46 – Manchineri
04	Senegal	03	19 - Manchineri
05	Alves Rodrigues	05	30 - Manchineri
06	Água Preta	10	55 - Manchineri
07	Laranjeira	05	45 – Manchineri
08	Santa Cruz	12	70 - Manchineri
09	Jatobá	23	122- Manchineri
10	Boca Mamoadate	07	34 - Jaminawa
11	Perí	08	47 - Manchineri
12	Cujubim	05	35 - Jaminawa
13	Betel	25	114 - Jaminawa
14	Santa Rosa	15	73 – Manchineri
15	Guajará	16	84 – Jaminawa
Total: 193 famílias			Total: 1.100 Manchineri/Jaminawa
Total dos Manchineri da área demarcada			760 pessoas
Área não identificada			73 pessoas
Quantidade de Manchineri			833
Quantidade de Jaminawa			267 pessoas no geral

Fonte: Base de Dados (2014) FUNAI/Posto de Assis Brasil. Elaborado por Manchineri 2018.



Fonte: Setor de Geoprocessamento – CPI/AC/2015.

Figura 2. Hidrografia e aldeias da Terra Indígena Mamoadate.

Na Figura 2 é apresentada a rede hídrica da TI Mamoadate, bem como suas principais aldeias. Em seus arredores tem a Reserva Extrativista Chico Mendes, TI Cabeceira do Rio Acre, o Parque Estadual Chandless, a Estação Ecológica Rio Acre e o Parque Nacional Alto Purus (Peru). Essas áreas são de trânsitos de Manchineri, seja para caça e pesca, e também para visitas de familiares.

Sobre ser migrante indígena em área de fronteira, se tem uma opinião preconcebida, e isso os torna diferentes tanto em “traços” quanto em inventários, esses são sinais e sinos inventados e adquiridos a partir da criação da fronteira que constituem sinais diacríticos que as pessoas buscam e exibem suas identidades e culturas. A partir disso se criam padrões valorativos e novos modelos dentro de uma ampla territorialidade.

Essas territorialidades são espaços que os envolvem, e que sofre o domínio de agentes externos, que moldaram e moldam a organização desse território e que pode ser entendida, como produto do trabalho de uma sociedade não indígena. Esses domínios correspondem aos agentes, e o modo como eles podem e moldam a organização desse território, que nomeamos de territorialidade ancestral/originária.

Entende-se por essa territorialidade como uma determinada área, em qualquer ponto do espaço geográfico, que pode ser definida por certo governo, cultura, ou de um sistema econômico e outros agentes que influenciam a sua organização, que os individualizam nesse espaço e em determinado lugar, produzem fronteiras sociais e étnicas, de modo que promovem assim um “estranhamento” entre comunidades, povos e nações.

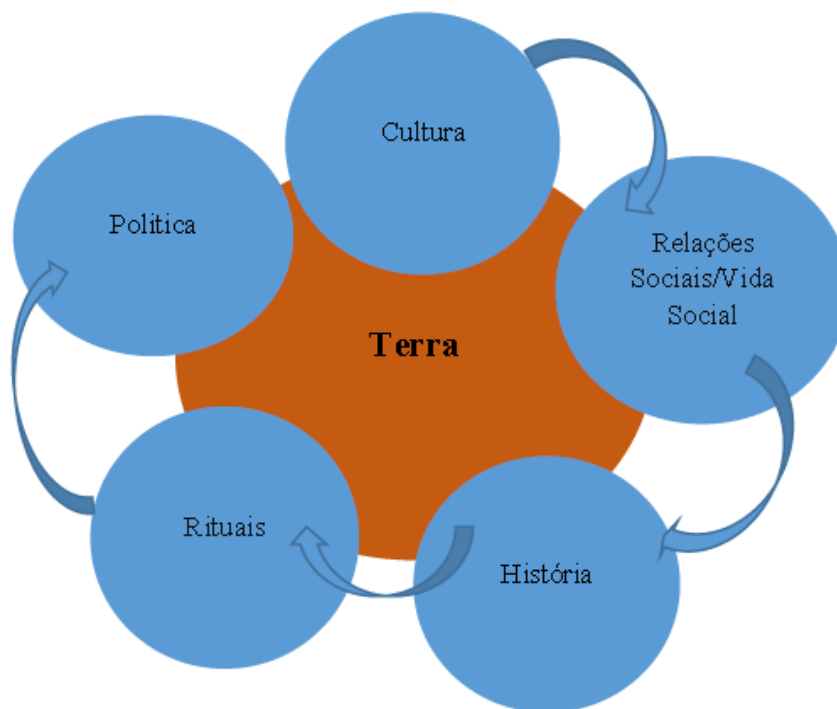
Mauss (2003) “afirma que essas fronteiras mostram como a sociedade obriga certos usos do corpo, expressões de sentimentos, de valores, e não apenas fisiológico ou psicológico”, mas são, na verdade fenômenos sociais marcados pela obrigatoriedade, porque contêm a marca da totalidade social, do valor social, que são resultados de algo interior ao seu espaço-tempo. Através desses resultados vemos que a fronteira é um sistema simbólico que estrutura e separa determinada sociedade, e também os povos originários.

Zé Urias Manchineri (2011), diz que “na época em que eu trabalhava nos seringais, não se falava de Terra Indígena, pois toda a terra era arrendada pelo patrão seringalista”. Como resultado deste sistema simbólico os Manchineri se tornaram morador na fronteira e conhecido como seringueiro e caucheiro. O importante é ter uma terra, isto é fundamental para os Manchineri ou qualquer povo originário.

Nós decidimos lutar pela terra, quando a FUNAI chegou aqui no Acre, e porque a FUNAI falou que nós indígenas tínhamos direito à terra e nós lutamos e conseguimos a demarcação da Terra para os Manchineri. À terra é importante para os Manchineri porque é onde podemos viver a nossa vida inteira e até morrer na terra (José Severino da Silva “Zé Urias”. Entrevista realizada por Alessandra Manchineri em 04/06/2011)

O poder sobre a terra é o elemento central para os povos originários. Embora em alguns povos e sociedades o poder se constitui em qualquer relação social regulada por uma troca desigual construída pelo resultado do acúmulo do capital.

Os Manchineri, por exemplo, se caracterizam pela relação de trocas internas constituídas e aperfeiçoadas através das relações sociais e culturais dentro da terra indígena (Diagrama 1). Entendemos que a terra não é experimento de uma força de poder, mas ela é uma estrutura atemporal de deveres e obrigações para tomadas de decisões, e sobretudo o elemento principal de pertencer.



Elaborado por Manchinery, A.S.S (2019).

Figura 3. Estrutura de decisões dentro da Terra Indígena.

Esclarecemos a Figura 3: tudo que acontece dentro de uma aldeia está ligada ao sistema terra, seja pelas relações sociais, políticas e culturais, todos estão conectados. Desta maneira o sistema terra é que dá ênfase nas estruturas culturais para assim edificarem as relações sociais ou vida social que tem como sentido ser um elemento intermediário da história do povo Manchineri e mostrar através dos rituais como se deve tomar decisões políticas que envolvem toda a comunidade.

Se interpretamos através da ótica indígena podemos chegar a afirmação de que o sistema terra é fator principal de vida de determinado povo, sem a terra não se garante o meio de sobrevivência para esses povos. Dessa maneira a questão das culturas dentro da TI são uma leitura de como são construídos seus modos vidas, e seus envolvimento nas relações sociais como os casamentos e as festas Manchineri. Assim cada relação social constitui uma história, que é contada também após os rituais como o *Kamalampi*(5), e assim é narrada de maneira circular e passada de gerações e gerações. Por esse motivo, que o conhecimento das gerações pertence aos anciões dos quais são eles que decidem as principais decisões políticas são os ‘mais velhos’.

Já as relações de consanguinidade, por exemplo, são criadas e dissolvidas no tempo histórico que confere sentidos e influências para os indígenas ao serem estruturadas pelas relações de parentesco, com isso originam as fronteiras sociais entre si e os demais.

Podemos visualizar essa questão em encontros na tríplice fronteira, ou, de tríplice fronteira, seja por questões sociais, intercâmbios e políticas. Tais questões fazem nos unir como um só povo, sem distinção geográfica e nações, assim se constituem *parentes*, parentes no sentido mais amplo e conexo da palavra. Pelo fato de chamarmos é meu parente do Brasil, do Peru e da Bolívia e assim se constrói o círculo de parentesco, mesmo que tenham nascido em diferentes estados nacionais.

Migrações Manchineri

O papel das migrações na melhor das hipóteses é considerado um elemento na estruturação do território nacional, pois favorece a integração entre as diversas partes da jurisdição; mas nunca é considerada a possibilidade da dinâmica social inerente à mobilidade ser em si responsável pela construção de uma nova configuração territorial.

Para determinada construção evocamos conversas com os indígenas mais idosos que nos ajudaram a compreender o imbricado que é a questão migratória para esse povo. Jaime Lhulu Manchineri, nos contou um pouco da sua trajetória, segue a fala abaixo:

Eu nasci em Pampa Hermosa/Peru, morei na Terra Indígena Mamoate, aldeia Jatobá desde 1985 até 2009, e agora moro na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre. No ano de 1985, o meu pai veio visitar uns parentes da mulher dele, que ela tinha no Mamoate e que eram Manchineri do Brasil. Desde esse ano fiquei aqui, porque as condições sociais aqui das comunidades eram bem melhores que as dos Piro do Peru. Hoje uns Manchineri criaram uma Terra Indígena no Peru, chamada Bufeo Pozo, e vivem lá (Jaime Sebastião Lhulu Prishico Manchineri, entrevistado por Alessandra Manchineri/2018)

Ainda em entrevista ao Senhor Jaime Lhulu (Figura 4) afirma que os Piro são localizados e ocupam uma vasta área no Ucayali, alguns vivem na bacia de Pedras no Alto Rio de Madre Dios (Peru); ocupam uma área conhecida como Comunidade Nativa. Localizam os Piro também em Tambo e Urubamba. Os antigos Manchineri afirmam que os diferentes grupos “*pimrine*”, fariam partes com suas especificidades de uma grande etnia chamada Yine.



Figura 4. Jaime Lhulu e sua família (Aldeia Nova União/TI Cabeceira do Rio Acre). Manchineri/2018.

Alguns Manchineri que vivem na Terra Indígena Mamoadate e outros que vivem na cidade de Assis Brasil confirmam essa versão e explicam que o nome *Manxinerune*, cujo nome os “brancos” não conseguiam pronunciar corretamente se transformou em Manchineri.

Na cidade de Assis Brasil há também presença dos Manchineri brasileiros, peruanos e bolivianos que além de fazerem suas compras nesta cidade recebem tratamento de saúde, como também se fixaram nela. Os Manchineri da Tríplice Fronteira são vistos constantemente nas cidades de Inãpari, San Pedro de Bolpebra e Assis Brasil para fazerem compras no comércio local, sentados em bancos da praça de Assis Brasil ou no abrigo do ponto de ônibus, locais em que os “brancos” não param quando lá estão os “índios”.

Como vemos nas Figuras 5 e 6, os Manchineri se fazem presentes no cotidiano urbano, seja a esperar pelas embarcações e em reuniões sobre saúde indígena. Grupos de jovens são vistos em discotecas em Inãpari, em desfiles de comemorações cívicas na cidade de Assis Brasil. Famílias indígenas misturam-se ao público na festa anual da praia do rio Acre, mas continuamente observados e percebidos como os “índios”; identificação que estabelece certo distanciamento e desconforto, afirmariamos que são preconceitos.



Figura 5. Mulheres Manchineri esperam pelas embarcações para irem para a aldeia. (Manchinery/2018).



Figura 6. Manchineri participam de reunião sobre a saúde indígena. (Manchinery/2018).

Na Figura 7, temos a prefeitura da Tahuamanu (Peru), e constatamos que alguns indígenas são representados em cartaz na referida cidade. Discutir a representação da cidade para esses povos pode ser compreendida a partir da seguinte afirmação:

Hoje plantamos, pescamos, colhemos, temos nossas casas, não passamos frio nem fome. Na cidade tem muito menino no meio da rua sem mãe e passando fome, na aldeia não. Enquanto tivermos nossa terra, vamos ter tudo isso que temos aqui: banana, macaxeira, carne de caça e peixe. Só vamos para cidade para comprar. Antigamente não era assim.

Os mais novos tão indo para a cidade para estudarem porque aqui só tem a 5ª série, e precisamos ver os Manchineri trabalhando com os próprios Manchineri e conhecendo a lei do “branco” para nós nunca perdemos nossas terras (Jaime Sebastião Lhulu Prishico Manchineri, entrevistado por Alessandra Manchinery em 23 de abril de 2010).

Os Manchineri são uma presença permanente nas cidades da fronteira trinacional, impulsionado desde o início da exploração das “drogas do sertão”(6) e depois pela exploração da borracha e do caucho, teve sérias consequências para os indígenas que lá residem, efeitos esses, que hoje se perpetuam. Primeiro houve o choque epidemiológico que provocou enorme mortandade e profunda desestruturação social e psicológica, que multiplicava e estendia o efeito das doenças. Depois, os ataques escravagistas através das “correrias” e as entradas catequéticas.



Fonte: Manchinery/2018.

Figura 7. Província de Tahuamanu (Peru).

Valcuende (2009) mostra em sua discussão que “a catequese provocou grande movimentação nas populações indígenas, não só pelos descimentos, concentrando num mesmo aldeamento de indivíduos oriundos de grupos diversos, mas também porque muitos indígenas, abandonando as missões”, se reagrupavam em locais diferentes das aldeias de origem, pelas quais abraçaram a cultura católica, de maneira que passaram também a adorar seus santos e suas religiões.

Continua Valcuende (2009) em sua afirmação que “esse reagrupamento muitas vezes promovia a formação de novas entidades coletivas de composição étnica ampliada e transformada”. Além disso, os povos originários eram atraídos de jeito irresistível pelas ferramentas de metal, cuja introdução era habilmente manipulada pelos seringalistas, e outros modos de se aproximar dos indígenas era lhe oferecer cachaças.

Segundo a informação de meu pai, ele trabalhou com um patrão espanhol, o nome dele era Sebastião Perez, o meu avô trabalhava com ele, cortando caucho e outras atividades. Era esse patrão que alfabetizou o meu pai, e os meus quatro irmãos: Parsimom, João, Carlos foram os primeiros professores

de alfabetização pelo Instituto Norte Americano Linguístico de Verano. Foi assim que meu pai se alfabetizou (Jaime Sebastião Luhlu Prishico Manchinery, entrevistado por Alessandra Manchinery, em 14 de junho de 2011).

Vejamos que a entrevista do Jaime Lhulu (2011) nos mostra o quanto foi importante o processo de alfabetização de alguns indígenas, pois foi um momento oportuno de prevenção contra a exploração dos padrões. Com o aprendizado de outro idioma começa uma nova etapa de comunicação e relações na tríplice fronteira seja para se fazer as trocas ou as relações comerciais.

Assim a população Piro da região do baixo Urubamba, também começou a manter relações de escravidão por débitos nas propriedades de seus “padrões brancos”. Essa afirmação está na seguinte fala:

Não havia grande comércio, mais tinha um pequeno comércio de cauchero peruano e boliviano, Manchinery e Piru. Esse comercio era em 1935, na época, nós ainda não éramos seringueiros (Manchinery/Piru). Então nós fazíamos esse tipo de comércio. Em 1939 foi que nós começamos a cortar seringa. O nosso tipo de comércio era enxada, panela de ferro, bacia e farinha de forno (José Severino da Silva “Zé Urias”. Entrevista realizada por Alessandra Manchinery em 04/06/2011).

A compra de objetos de metais era em parte como estratégia de sobrevivência, e/ou ainda para fortalecer-se em lutas internas ou contra outros povos originários. Nesse papel, Valcuende (2009) descreve que os padrões forneciam o grosso das tropas usadas pelos colonos e missionários para capturar escravos e seus neófitos, esses “escravos e neófitos” eram os indígenas, e como diz a voz do colonizar eram difíceis de amansar.

A conjugação desses efeitos também alterava os circuitos de troca tradicionais, muitas vezes interrompidos pelas migrações forçadas, pelo medo das epidemias de serem pegos pelos “padrões” e acabarem como escravos dentro dos seringais. Assim os Manchinery e Piro se inter-relacionavam em um sistema de incorporação comercial juntos aos seus padrões “brancos”.

Quando o padrão não queria vender a gente avisava para ele. Se ele não comprasse da gente, a gente vendia para outro padrão. Mais o padrão também fazia isso com a gente. Eu vendia cor de onça e sandália de seringa e eu vendia para outro padrão na frente de meu padrão, e ele não me impedia de vender para outro padrão porque eu não devia nada para ele e eu sempre tinha saldo com ele (José Severino da Silva “Zé Urias”. Entrevista realizada por Alessandra Manchinery em 04/06/2011).

Com a crise da borracha a partir de 1912 e a interrupção da busca de mão-de-obra nordestina, intensificou-se ainda mais o trabalho indígena. Os Manchinery se espalharam ao longo dos rios. A estratégia dos brancos eram as “correrias” contra os povos originários, nessas épocas multiplicadas no intuito de escravizá-los ou mesmo dizimá-los tanto no Acre, quanto nas áreas fronteiriças amazônicas da Bolívia e do Peru.

Entretanto, surgiram focos de resistência. Pequenos agrupamentos conseguiram se refugiar nas cabeceiras isoladas e a maioria foi obrigada a se modificar para não desaparecer. Passaram a adotar o modelo de casa do “branco” seringueiro (Figuras: 8 e 9), a manipular ferramentas, a deixar de usar a língua materna, e passou-se através do português e do espanhol.



Fonte: Manchinery/2018.

Figura 8: Casas Manchineri/Jaminawa.



Fonte: Manchinery/2018.

Figura 9: Casas Manchineri/Jaminawa.

Em decorrência desse processo estratégico, inclusive de sobrevivência e o enfrentamento dos desafios que surgiram a partir do contato com o não indígena, tiveram que aprender a calcular e a escrever:

O mais importante pra mim, foi aprender a ler e a calcular e consegui um estudo e porque eu cortava seringa, eu aprendi quando eu cortava seringa e também eu fazia a contagem das borrachas, e quem me ensinou foi o Piro, mais ele primeiro me ensinou a ler e depois a calcular em nosso idioma, e só depois estudamos o português com professores brasileiros. Eu aprendi a ler com o João Piru pai do Jaime. Isso no ano 1957. E foi ele que me ensinou a ler e a calcular (José Severino da Silva “Zé Urias”. Entrevista realizada por Alessandra Manchinery em 04/06/2011).

Os povos originários que vivem na fronteira, fizeram e fazem parte da economia, das políticas e das questões sociais que envolvem os três países, além disso, também comercializam com peruanos, brasileiros e bolivianos, além de casarem com pessoas dessas nacionalidades.

Eu compro nos três lados, em Assis, por exemplo, eu compro comida, em Bolpebra panelas e calçados, bolas e objetos assim que também a gente utiliza na aldeia. E Inãpari a mesma coisa que em Bolpebra (Jair Manchineri. Entrevista realizada por Alessandra Manchinery em 14 de junho de 2011).

Essas relações têm se fortalecido de uma maneira acirrada, e tem contribuído fortemente para a entrada e o consumo de produtos industrializados nas aldeias, dos quais nós já podemos notar a ‘presença’ de lixo de produtos industrializados. Isso nos leva a pensar que esse lixo de certo modo pode se tornar um grande problema no futuro. Neste sentido devemos pensar em estratégias contra doenças que podem surgir a partir da entrada de determinados alimentos industrializados.

Ao mesmo tempo, devemos admitir que a entrada de certos produtos tem sido a forte influência dos padrões no processo de colonização desses corredores fronteiros sobre os povos originários, e como resultado disso somente lhes trouxeram grandes problemas como a forte presença de álcool em algumas aldeias. Devido a isso foram

construídas determinadas óticas, dos quais esses discursos nos inferiorizam e nos separam em fronteiras tanto geográficas como sociais e por classes.

Sobre as Fronteiras

O corredor fronteiroço entre Acre (BR), Bolívia (PE), e Departamento de Madre Dios (Peru) compõem uma zona de contato interamericana e amazônica entre os três países em foco. Assim as mudanças e transformações sócio espaciais, neste Corredor Trinacional, no início do século XXI, mostra-se um procedimento de rearranjo migratório direcionado pelos três países principalmente em razão do governo brasileiro facilitar a integração através dos Projetos como o IIRSA.

O IIRSA é uma Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana é o maior programa de integração física, proposto para a América do Sul. Quem tem como objetivo a criação de uma ampla rede de infraestrutura para conectar os países do continente e incentivar as relações econômicas e o fluxo de pessoas, através de um conjunto de projetos na área de logística, de energia e de telecomunicações, como destaque principal dado aos primeiros setores.

Assim o IIRSA é uma estratégia geopolítica que afeta e negligência diretamente a população local, principalmente a originária e a tradicional. Para tanto, as fronteiras amazônicas correspondem a uma zona de contato distribuída em áreas contínuas e distintas. Essas áreas são as RESEX (Chico Mendes), Terras Indígenas e Comunidades Nativas, todas elas têm suas próprias estruturas e representações, de modo que configura o Corredor Etnoambiental Trinacional BR, BOL e PE.

Desta maneira, em processos diferenciados de acordo entre o Estado e o capital, principalmente de projetos de infraestruturas, tomaram por base a especulação da terra para consolidar o discurso dominante acerca da realidade indígena para assim convencer sobre a “integração nacional” e “integração transoceânica”, e esse foi um discurso aceito pelos três países, propagado no âmbito da política brasileira e com grande repercussão do Estado do Acre.

As propagandas eram “vamos exportar pelo Pacífico” e a “facilidade de acesso” aos mercados do Peru e Bolívia, assim prevaleceu às demandas do capital monopolista.

Diante disso muitos saíram de suas aldeias e comunidades para migrar para as cidades com a intenção de estudar e cuidar da saúde. Estariam ali a criar novas fronteiras sociais e de classes. Na Figura 10 é a Alfândega, parada “obrigatória” para se emitir vistos, já na 11 é a ponte da Integração onde muitos Manchinery estão sempre de “passagem”, seja a pé ou em lotações peruanas.



Alisson Santos/2012.

Figura 10. Alfândega Brasil-Peru.



Fonte: Manchinery/2018.

Figura 11. Ponte da Integração.

Trazemos uma nova discussão ao campo geográfico, porque aborda o que não está escrito sobre as fronteiras geográficas, dos espaços e territórios nos livros. As fronteiras precisam ser redesenhadas e compreendidas a partir que aparecem “novos casos” como a dupla ou tripla nacionalidade de indígenas que vivem na Tríplice Fronteira, ou aqueles que nascem “aqui” e aqueles que nasceram “lá”. Gerson Manchinery, por exemplo, diz:

Os indígenas com dupla nacionalidade são os Manchineri da aldeia São Miguel e os Jaminawa da aldeia Bélgica. (Entrevista realizada por Alessandra Manchinery/2018)

Neste caso as fronteiras precisam ser rediscutidas e reelaboradas no sentido de entender como ocorre essa transnacionalidade, pois muitos são representantes múltiplos e históricos que evidenciaram momentos distintos e interligados as andanças de famílias Manchineri em terras amazônicas nas fronteiras.

A movimentação dos Manchineri na Tríplice Fronteira é dada para a visitação de parentes que moram nesses países. A movimentação também é livre, livre porque uns têm casa aqui, e tem casa lá (Chola Manchinery. Entrevista realizada por Alessandra Manchinery/2018).

São considerados os mesmos em diferentes territórios, ainda que não tenham conflitos territoriais, sociais e políticos nas fronteiras, trazem algumas preocupações relevantes. Evanizia Puyanawa, Coordenadora da FUNAI na cidade de Rio Branco, em fala na Reunião de Criação e implantação do Comitê Regional da Coordenação Regional de Rio Branco, afirma que:

Com relação aos parentes Manchineri e Jaminawa que moram no Peru e na Bolívia. Se é Manchineri é, se é Jaminawa é, e são nossos parentes. Mais quando

os países foram demarcados, e as Leis foram construídas, elas também foram formuladas de diferentes maneiras. Assim se é parente Manchineri é, mas se nasceu no Peru é pela Lei Peruana, o mesmo acontece na Bolívia e no Brasil. E a gente não pode fazer nada a não ser dar uma assistência de saúde aqui no Brasil, e só falar com o Costa da FUNASA. Mais em relação ao benefício social e registro civil a gente não faz mais (Evanizia Puyanawa, Coordenadora da FUNAI na cidade de Rio Branco, em fala na Reunião de Criação e implantação do Comitê Regional da Coordenação Regional de Rio Branco – Acre/2011).

Precisamos entender as trajetórias dos povos originários no corredor trinacional fronteiriço, visto que foram e são interpretados sob diversas óticas e vários motivos, dos quais nenhum é indígena. Entre outras, suas trajetórias serviram para evidenciar a falta de compromisso que o governo tem com as políticas de demarcação de terras e seus direitos garantidos constitucionalmente.

Ao voltarmos a questão de dupla/tripla nacionalidade, tivemos que compreender como ocorreram e temporalidades dos povos originários no contexto da fronteira amazônica como também seus deslocamentos e como eles se sentem representados dentro das políticas sociais.

A dupla/tripla nacionalidade evidencia um imbricado caminho dos quais os Manchineri estão inseridos; assim essa dupla/tripla nacionalidade se constitui como uma singularidade interpretativa acerca de sua sobrevivência no mundo não indígena, e também devido os casamentos inter-étnicos, culturas, políticas, educação e saúde.

Ao relatarmos os casamentos inter-étnicos, percebemos que existe todo um contexto cultural do qual foi construída múltiplas identidades em seus espaços-tempos, assim é necessário dar visibilidade a compreensão como um fator de interação no campo sociocultural plural constituído e construído historicamente. Expôs Rosangela Jaminawa-Arara em entrevista a nós em 2018: “de primeiro os Manchineri só casavam entre si, depois começaram a casar com os jaminawa, agora com Kaxinawa. Hoje está todo mundo misturado”.

Os casamentos interculturais são importantes para a instauração de alianças sociais e políticas. Desse modo, refaz uma tríade de nossa análise sobre cultura, fronteira e identidade e isso se torna um enigma a partir do postulado da Geografia social e cultural que reconhece o sujeito/objeto em suas múltiplas escalas e ações na dimensão do humano, sejam políticas, sociais, culturais, de valores, de saber, psicológicas e mesmo espirituais; com isso visam entender como homens e mulheres Manchineri encontram o casamento como estratégia de aliança ou/e mesmo de fuga e segurança a partir de seus trânsitos nas fronteiras.

Entendemos assim, que esse trânsito nos revela a existência de cultura-fronteira em estágio híbrido e em processos de alteridades, que torna-se pertinente ao buscarmos compreender as experiências sociais em seus espaços e território tanto nas aldeias como na cidade. Para que esse entendimento se torne um intermédio para outros estudos. Precisamos ver com a ótica do Povo Manchineri (Quadro 3).

Quadro 3. Casamento de Manchineri com diferentes povos. Pesquisa de campo.

Combinações	Tipos	Filhos (as)	Bilíngues
1	Manchineri com não indígenas	Sim	Não
2	Manchineri com Kaxinawá	Sim	Sim
3	Manchineri com Jaminawa	Sim	Sim
4	Manchineri com Jaminawa-Arara	Sim	Não
5	Manchineri com Piro (Peru)	Sim	Sim
6	Manchineri com peruano	Sim	Sim
7	Manchineri com Pankararu (PE)	Sim	Não
8	Manchineri com Kambeba (AM)	Sim	Não
9	Manchineri com Kaxarari	Sim	Não
10	Manchineri com Apurinã	Sim	Não

Organizado por Manchineri/2018.

O quadro é uma representação da união de vários povos através dos casamentos, e também dos laços de parentesco e amizade. Lembramos que aproximadamente 70% das crianças que nascem dos casamentos entre povos são bilíngues/trilíngues/políglotas, e como exemplo e resultado temos na cidade de Assis Brasil, meninos (as) que falam espanhol, português além da língua Jaminawa e Manchineri, e como afirma Jessika Jaminawa (2018) “ninguém maldiga dos pais delas, quando se tem crianças que entendem e falam esses idiomas”.

Constata-se ainda que em muitas situações ocorre a vivência em terras de outros povos, em decorrência de arranjos sociais, políticos, laços matrimoniais ou outras motivações, as quais possibilitam a mobilidade entre as etnias, conforme afirma Soleane Manchineri que nos concedeu entrevista em 2018: Que embora estivesse entre os Apurinã. Não me sentia um deles. Sempre lembrava da vivência com meu povo. Foi difícil porque não era um deles, e isso ficou bem claro para eles também.

A afirmação nos relembra as fronteiras sociais criadas a partir do ‘nós’ e dos ‘outros’, as idas e as vindas de pessoas na Amazônia, seus retornos desautorizados parecem porosidades das fronteiras geopolíticas entre os três países, e dentro do território brasileiro, provocados também por marchas e experiências de diásporas de diferentes famílias originárias, de modo que se apresenta uma fronteira no dinâmico de trânsito contínuo de indígenas e “brancos”.

Ao analisar o contexto atual que envolve os Manchineri acerca da fronteira e sua reterritorialização estabelecida a partir de aceitação política devemos refletir sobretudo na perspectiva de territorialidade, pois o Estado é exercido através de atos diplomáticos os quais negligencia os direitos indígenas, bem como, compreender com a questão de divisão e visão do mundo social da cultura Manchineri que foi negociado e renegociado no campo da diplomacia dos três países.

Embora a história e geografia regional nos revela a lógica do capital monopolista nos corredores de fronteiras que se configurou no alto poder econômico do extrativismo da borracha e do caucho nesta região, o contexto nos mostra ainda que esse crescimento lucrativo moveu em certo momento o cenário internacional. Conforme afirma José Severino da Silva (Zé Urias), em entrevista dada a nós em 2018: “a gente produzia a borracha para os patrões, eles faziam a contagem e pesavam para mandar para Belém, de lá eles diziam que era enviado para outros países”.

Assim se perpetuou a lógica no capital monopolista, a qual prosseguiu o desrespeito pela floresta e para com os povos originários; prevaleciam ali as implicações e as disputas

pelos domínios das áreas ricas. Lembramos ainda que criada a maioria dos territórios não indígenas e constituída sob a lógica do extrativismo da borracha e a exploração de mão-de-obra de nordestinos e povos originários na região amazônica.

Nasceria assim as culturas de fronteira com a constituição de “novas famílias” entre indígenas e “brancos” na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia), embora separados em tempo da razão e da finalidade, dentre outras, o que os singulariza é a gênese e união, e o momento em que se compuseram a historiografia, que revestida como uma tessitura e hibridismo das dominadas fronteiras do humano.

Assim surgem ‘novas lutas’ pelo reconhecimento quanto territorial e identitário, os novos sonhavam com o direito à terra, já que muitos viviam nas terras dos patrões seringalistas e caucheiros.

Um exemplo desses foi a luta pela demarcação da terra nos anos 1960 - 1990, por iniciativa das lideranças indígenas da época e também do apoio de muitos indigenistas. Prevalecia assim a luta dos povos originários, e sua cultura contra a indústria extrativista e contra o domínio dos patrões.

Deste modo, as entrevistas com essas lideranças se tornaram essenciais para compreender o trânsito e as identidades constituídas pelas múltiplas relações estabelecidas por homens e mulheres Manchineri ao longo do tempo de ocupação brasileira, peruana e boliviana, especificamente a partir dos anos 1980, pós-demarcação de algumas terras indígenas e comunidades nativas.

Eu vim do Rio Ucayali duma comunidade indígena chamada Pampa Hermosa. Naquela época o pai já era professor da alfabetização. Após o decorrer do tempo ele foi transferido para a Região do Rio Urubamba de uma comunidade chamada Bufeo Pozo. Quando eu tinha seis anos de idade a minha mãe faleceu de parto. Aos dez anos o pai se juntou com uma mulher que foi daqui do Brasil por Peru. Ela é a família do pessoal do Seringal Guanabara. No ano de 1985, nos meus 22 anos o pai planejou para vi fazer uma visita da família de sua esposa no Brasil. E eu fui convidado pelo pai para ser seu motorista fluvial. No mês de maio do ano presente para Puerto Esperança e Rio Purus. Baixamos e chegamos a Sena Madureira entre três pessoas. Eu, pai e o João. Ao mesmo período chegamos na Terra Indígena Mamoadate, Aldeia Extrema. Naquela época a liderança geral do Povo Manchineri, era o José Urias. Como eu tinha apenas concluído o quinto ano do primário. Portanto tinha conhecimento de leitura, escrita e matemática. E aqui no povo não tinha professor quem ensinasse e pudesse alfabetizar as crianças que existiam na aldeia. Porém o cacique Zé me convidou para assumir esse cargo e eu concordei ao mesmo tempo me engracei de uma menina e fiquei me juntando com ela até hoje. Então a minha saída de Urubamba foi assim. Se cacique não tivesse me convidado era pra eu voltar (Jaime Sebastião Luhlu Prishico Manchineri, entrevistado por Alessandra Manchinery, 2011)

A descrição de Jaime Sebastião Luhlu Prishico Manchineri evidencia e complementa o relato do Senhor José Severino em entrevista em 03/03/2010, o qual demonstra a trajetória de lutas e desafios enfrentados pelo povo Manchineri:

Antigamente o Povo Manchineri percorria de cabeceira em cabeceira os rios Tawahano, o Pedra e o Ucayali, e isso fica no Peru. E também o Povo Manchineri vivia sempre aqui no Rio Iaco até o “branco” chegar. A gente

tinha uma grande maloca bem em frente ao Seringal Boa esperança até a boca do (Rio) Abismo e também era habitado pelos Manchineri. Junto com os Manchineri viviam outros povos, os Katiana e Jiwutane. Hoje me lembro que vive um Katiana no Seringal Icuriã e outro povo não existe mais, porque quando o boliviano cauchero fez a correria com os Manchineri os Jiwutana morreram ou ganharam mata e não aparecem mais.

Assim, a questão do trânsito em fronteiras faz com que seja perpetuada os casamentos interculturais, a 'livre circulação', o enriquecimento bilíngue/trilíngue/multilíngue e a interculturalidade entre povos. Para compreender melhor o reconhecimento mútuo dessas pessoas precisamos nos envolver com sua história e estudar suas visões de mundo de acordo com suas óticas, assim interpretamos o seu diálogo como um instrumento na/da construção de seu conhecimento e de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos relatar-discutir sobre o povo Manchineri que habitam nos corredores da fronteira Brasil, Peru e Bolívia, levamos em consideração seu modo de vida, sua ótica e sua cultura.

Assim o artigo foi elaborado e organizado com o intuito é inserir estudo sobre as tríplices fronteiras indígenas nas discussões da Geografia "contemporânea" como o desígnio de contribuir com novas discussões no universo acadêmico e suas extensões de maneira a contribuir com o pensamento desses povos originários e corroborar com suas situações, as quais são emergentes no contexto da Tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia).

Desta maneira, para ganhar força e relevância neste trabalho, discutimos interculturalmente à medida que nos aproximamos da coletividade dos povos originários e do círculo acadêmico para assim dá e fazer com a sociedade civil compreenda a realidade indígena de modo esclarecedor.

Também devemos levar em consideração que os estudos sobre questões indígenas precisam com urgência ganhar destaque na atual conjuntura da Geografia sobre questões de fronteiras e políticas, já que suas terras encontram-se em constante disputa no âmbito pelos exploradores de recursos naturais. Isso se mostra claro o quão esses povos vivem e lutam para garantir seu modo de vida e sua terra tradicional, para assim perpetuar seus direitos já conquistados.

Diante disso acreditamos que faz-se necessário fazer esse estudo sobre corredores de fronteiras onde habitam e vivem povos originários. A Geografia pode e deve ser a estratégia de aproximar essa ciência ocidental em questões nativas e visões de mundo, de modo a contribuir e dialogar para uma postura mais equitativa.

A medida que nos aproximamos do estudo sobre fronteira nos deparamos com uma problemática, o que é fronteira para os indígenas? Qual seu significado? Essas duas perguntas nos levaram em caminhos pontiagudos e fora do padrão elaborado pela Geografia Ocidental. Porém essas questões foram o suspiro para a produção de nosso artigo, o qual nos pensar que a Geografia é um processo construído e em construção em diferentes tempos e história na vida e coletividade humana.

É indispensável pensar que a Geografia continua em trânsito junto com o ser humano, seja ele indígena ou não. Resta nos dizer que estudos sobre povos originários é fundamental na perspectiva das ciências humanas; defende-se aqui que estudos sobre esse contexto deem vozes a esses povos originários e sua realidade cultural, política, social e econômica. Também precisamos repensar a Geografia como uma solução para abrir

caminhos para novos debates e construções teóricas-metodológicas que possam amenizar conflitos na proximidade das terras dos povos tradicionais e indígenas.

NOTAS

4 Ressaltamos que a versão aqui apresentada sofreu algumas modificações e ampliações, com vista a atender às normas do periódico.

5 Bebida sagrada do povo Manchineri. Conhecida pelos não indígenas como Santo Daime.

6 Produtos obtidos por atividade extrativista no Brasil Colonial (cacau, canela, castanha, cravo e pimenta).

REFERÊNCIAS

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

BRASIL. **O tratado de limites Brasil-Peru**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. 456 p. (Edições do Senado Federal; v. 127).

GOW, P. An Amazonian Myth and its History. Oxford: Oxford University Press. 338 p. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 198-202, Oct. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n2/16143.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MAUSS, M. Fator social total. **Revista Augustus**. Rio de Janeiro, v. 08, n. 17, jul./dez. 2003.

METRAUX, A. Tribes of the Yuruá-Purus Basins. In: STEWARD, J. H. (ed). **Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes**. Washington: Smithsonian Institution of American Ethnology, 1948. v. 3, p. 657-686.

VALCUENDE, J.M. **História e memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: Ed. Rinaldo Arruda: EDUC, 2009. 278 p.

ENTREVISTAS

Chola Manchinery. (Assis Brasil /2018).

Jaime Lhulu Manchineri – Aldeia Nova União – Terra Indígena Cabeceira do Acre – Acre – Brasil.

Jair Manchinery. (14 de junho de 2011).

Jessika Jaminawa. (Rio Branco-AC 2018).

José Severino da Silva (2008, 2018, 2019) - “Zé Urias”.

Soleane Manchineri. (Rio Branco-AC 2018).